

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso

**COLETIVIZANDO TESTEMUNHO: DAS INVISIBILIDADES DAS TRINCHEIRAS
À CRIAÇÃO DE UM CORPO SENSÍVEL**

ANA CAROLINA BRONDANI

Porto Alegre

Enfins de primavera, 2015.

ANA CAROLINA BRONDANI

**COLETIVIZANDO TESTEMUNHO: DAS INVISIBILIDADES DAS TRINCHEIRAS
À CRIAÇÃO DE UM CORPO SENSÍVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia – Habilitação Psicólogo- do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referentes às disciplinas de TCC-I e TCC-II, como requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação da professora Jaqueline Tittoni.

Orientadora: Jaqueline Tittoni

Debatedor: Édio Raniere da Silva

PORTO ALEGRE

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me permitiram acompanhar e testemunhar, entre tropeços e acertos, um pouco de suas vidas nesse percurso de graduação. É com o desassossego que me habita desses encontros que as palavras tomam corpo neste escrito.

À minha orientadora, Jaqueline Tittoni, pela escuta sempre atenta e pelas palavras precisas que foram dando borda ao rio por onde a escrita pôde desaguar. E por acolher também a cadência de silêncios desse percurso. À Ana Laura, por podermos compartilhar tanto angústias quanto riso nesse momento de finalizações, por ser escrita sensível.

Aos profanadores pela disponibilidade e cumplicidade de corpo e presença que fizeram corpos meus potentes e possíveis. Em especial à Cecília e Isa, pelas intensidades que carregam em seus corpos que tanto me afetam e me permito roubar. Ao Édio Raniere por sustentar e apostar neste coletivo, e pelo trabalho atento e inspirador.

Ao grupo AT na Rede, pelo compartilhar e coletivizar de um trabalho que nos vira ao avesso e remonta, especialmente à Analice Palombini e Vera Pasini pelas instruções que se fazem necessárias a essa deriva.

Ao grupo PIPA-UFRGS, especialmente ao Estação-Psi e ao PPSC, pelo trabalho que há tanto tempo realizam com cuidado e responsabilidade, do qual pude fazer parte, onde a indignação encontra lugar e se transforma em ação coletiva.

Ao núcleo de estágio em Psicologia do IPFMC, especialmente à Taiasmin Ohnmacht, supervisora de estágio, que acompanhou meus primeiros passos com muito carinho e deu sustentação em meio a realidades tão endurecidas de vida.

Às mestras, professoras e psicólogas, Gislei Lazzarotto, Sandra Torossian e Fernanda Amador, com quem aprendi uma psicologia outra e que possibilitaram mergulhos nesse percurso de graduação.

Aos meus pais pelo apoio aos meus caminhos, obrigada pelas histórias que tanto me inspiram. A minha irmã por ser porto de um tanto de mim que reverbera contigo e por me ensinar a “não levar tudo tão a sério”.

Agradeço aos amigos, principalmente às amigas, que a vida permitiu encontrar. Residem em vocês a força e a leveza que tenho para caminhar. Obrigada a todos que possibilitaram coletivizar essa escrita. À Marina pelo reverberar de inquietações que compartilhamos. À Cecília que sabe de mim quando nem eu mais sei.

Ao Bruno por me acompanhar sem reservas.

A todos que me fazem e me refazem. E ao mundo por fazer-me corpo.

SUMÁRIO

<i>-Prende ela! Prende ela! – eles gritavam.....</i>	5
INTRODUÇÃO.....	6
DO TESTEMUNHO	8
DAS TRINCHEIRAS.....	17
DOS CORPOS SENSÍVEIS.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

-Prende ela! Prende ela! – eles gritavam.

Uma graduanda em psicologia tentava meio atordoada se livrar deste imperativo. Mas cada vez mais ia sendo encurralada por estes gritos. Palavras que eram arremessadas contra ela junto de alguns objetos de uso cotidiano, os tais prendedores de roupa. Eles acertavam seu corpo, ombro, pernas, rosto; e caíam. E um pouco dela caía junto. Iam tornando o chão difícil de caminhar.

Os gritos continuavam – Prende ela! Prende, prende!

Ela tentava dizer para parar, mas tinha medo. Eles eram muitos, e ela em meio ao caos de grampos e gritos tentava escapar. Ela sabia que estava encurralada. Eles fitavam seus olhos, como se esperassem uma confissão. Culpada, pensou ela. E isso a fez querer responder. Se era para ser culpada que ao menos fosse dela a sentença.

Fui então que o ar encheu seus pulmões – NÃÃOOO!

Um instante de silêncio acompanhou seu próximo gesto. Olhando para o dono do último arremesso, pegou o grampo do chão e o prendeu em sua sobrancelha.

E olhando-o nos olhos, respondeu um seco: - Não.

-Sim, prende sim. – o interlocutor insistiu.

- Não me prende!- Agora, convicta em seu ato, abandona esse olhar para juntar outro grampo. Esse vai para a orelha, o próximo no lábio, outro no cabelo, bochecha, sobrancelha.

Fita a multidão a sua volta, um por um, enquanto os grampos vão compondo seu corpo, braço, dedos, roupa. -Só não me prendem. Só não me prendem...

De alguma forma, era só ela que falava. Seus atiradores calaram. Era ela, os grampos e aqueles olhares. ‘Prende, prende’ pensava. E andava por entre tropeços buscando as palavras.

-Só não me prendem, porque... – parecia que falava mais para ela mesma.

Era raiva que movia seus gestos.

-SÓ NÃO ME PRENDEM PORQUE EU JÁ TO PRESA! Só não me prendem porque eu já estou presa...

E recuperando o fôlego, enquanto desafia aqueles tantos olhos a sustentarem os dela, termina: – EM MIM! – segurando o que restava dos grampos em sua mão - Eu já estou presa em mim! Só não me prendem porque eu já estou presa em mim.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge como forma desta tal graduanda se haver com um tanto desses grampos que foi lhe habitando durante o curso. Grampos que, com as histórias que carregam, foram deixando *marcas*, das intensidades que insistem em habitar seu corpo nesse percurso de formação em psicologia. Marcas-intensidades movidas pelos encontros, seja de estágios, de aulas, de conversas, de pessoas, de histórias, de vidas, elas inundam o corpo se fazendo presentes, e agora por meio de palavras: transbordam-me.

É na tentativa de dizer sobre esse algo que dura (que resta) frente a estes encontros que esse trabalho toma forma. É pela necessidade de fazer e dizer sobre esse algo que me atravessa que escrevo. Mas com a certeza de que posso dizer aqui porque muito já foi dito antes de mim. E de forma meio vacilante tento trazer o rastro desses outros ditos para compor com os meus. O que se passa aqui não me pertence, não me é subordinado, mas me faz também, me desmonta e remonta. Não sou eu, e se em alguma instância sou é só porque reverbera em mim, me constitui, me recria. Não sou a primeira a dizer dessas coisas, e só posso estar aqui escrevendo porque outros já ousaram falar. E o que faço ao escrever é manter vivo esse algo que quer ser falado e por entender que as histórias sobre as quais traço linhas neste TCC ainda têm muito que nos interrogar.

Termino esta introdução com um causo intrometido:

Era inverno de 2012 no Rio de Janeiro, estava assistindo a peça *Torquemada 17 Balas* resgatando memórias de opressão do passado ao presente¹. A apresentação, depois de trazer memórias da ditadura, então contava sobre dois jovens da periferia e seus *rolês* de skate. Estudar, ou talvez nem tanto, trabalhar e sair de skate com a galera pelas *quebradas*. O skate encontra uma calçada bem menos quebrada que o habitual, lisinha e comprida. Só que encontra também um segurança do restaurante daquela calçada recém feita, que manda eles *vazarem*. Sem skate por ali, ou chamaria *os homens*. O skatista argumenta o direito de estar ali, “calçada é pública mano, também sou gente”. Segurança não concordou, chamou *os homens*. O amigo *vazou*. Os policiais chegaram, o jovem detido, o jovem no beco, os policiais no beco, mão na cabeça, o barulho seco de tiro, sem policiais no beco, jovem no chão, bala perdida, estatística.

¹ “É uma releitura da peça escrita por Augusto Boal em modalidade de teatro fórum. A adaptação foi feita para falar sobre as continuidades de tortura e genocídio entre passado e presente e a importância de produzir memória sobre o período da ditadura.” Em: <http://torquemada.art.br/>

Fim da peça. Agora era vez da plateia entrar em cena. Mas antes um adendo: nessa apresentação, estavam propondo novas possibilidades para peça agenciadas pela parceria com o Grupo Tortura Nunca Mais, para além de pensar os lugares de opressão, como é a proposta do teatro fórum, estavam querendo explorar o lugar de testemunha. A proposta inquietou: o que poderia uma testemunha fazer? Quem é testemunha, quem está fora da relação de opressão? Quem está dentro? Resolvi experimentar, entrei no papel do amigo que saiu correndo. Entrei em cena, falei quem era e disse que queria ficar. Fiquei e não sabia mais o que fazer. Policiais chegaram, pegaram skatista, me viram ali, me pegaram também. Detidos, policiais, mão na cabeça, beco. Coração disparado, garganta seca, corpo sem ação, o que uma testemunha pode fazer nessa situação? Querer ficar é afundar junto?

DO TESTEMUNHO

*“O adolescente negro morto.
 O menino sírio afogado.
 A mulher trans preta espancada.
 Sofrimentos duros, opressões sufocantes.
 É dor partilhada, mas ainda não é dor coletiva.
 É difícil entender, mas opressão não se hierarquiza.
 Nossos sofrimentos não se sobrepõem uns aos outros.
 Mas o individualismo consome até quem ta no lugar de oprimido.
 Quando a faca atravessa, quando a dor penetra...
 Dizer que eu não posso sangrar não estanca o sangue...
 E escutar quem chora é melhor do que classificar a ferida.”*

Mara Gomes 04/09/15²

O cotidiano do fazer em psicologia *nos*³ coloca em contato com sujeitos, situações, histórias, vidas – enfim, encontros – com a diferença que em muito nos interroga. Neste interrogar talvez possamos dizer que existe um algo que dura desses encontros, que se faz rastro, que se faz resto, que então nos habita (me habita) e que nos escapa. E uma parte deste escapar diz do escapar que se refere à própria Psicologia, ou, pelo menos, que interroga suas fronteiras.

Uma tônica que acompanhou meu percurso de estágios foi perceber que muitas dessas vidas carregam um tanto de insuportabilidade, tenha sido esta sentida em meu corpo, nos serviços que as acompanham (ou abandonam), ou ainda nos silêncios presentes na tentativa de narrar. Lidamos com vidas nas quais trauma e violência são palavras que insistem em habitar os sentidos que compomos na escuta e no acompanhar dessas vidas. Há intensidades que se fazem durar em quem escuta e mesmo assim, muitas vezes, não encontram borda. O que evidencia o lugar de quem se dispõe a ouvir um pouco do que é inenarrável, de quem se dispõe a ouvir o testemunho dessas vidas.

Nesse sentido, cabe perguntar: no encontro com a vida, cotidianos, dramas, histórias das pessoas que nos propomos a escutar e agir enquanto prática *psi*, o que fazemos com o tanto do que nos é dito, confidenciado, testemunhado? Ou ainda, podemos dizer que nas práticas *psi*, algo escapa aos encaminhamentos disciplinares terapêuticos e, talvez, a discussão do testemunho seja uma linha possível para esse tanto que excede a nós e à Psicologia.

² Texto do arquivo pessoal da autora.

³ A esse “*nos*” cabe um alargamento de sentidos. Poderia simplesmente tê-lo tirado, sua ausência não comprometeria a sintaxe da frase. Porém esse *nos* traz a dimensão desse fazer em psicologia que se é compartilhado, que não se faz sozinho. E no meu fazer, vejo muitos outros, em mim, comigo. E nesse trabalho, vejo rostos, cheiros, trejeitos nas palavras que tomo emprestadas de tantos em quem reconheço um comum em inquietações.

A posição de testemunho da qual falamos aqui está longe de ser aquela pensada dentro da máquina judicial, onde testemunhar é dizer dos fatos, de testemunhar uma verdade. Falamos de testemunho a partir de como Agamben (2008) desenvolve esse conceito na obra *O que Resta de Auschwitz*, na qual, partindo do trabalho de Primo Levi sobre os campos de concentração nazistas, discute o que é testemunhar frente às situações de atrocidade: “o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com uma impotência de dizer, ou seja, unicamente como contingência, como um poder não-ser.” (p. 147). Diferente das testemunhas que ao testemunhar o fazem em busca da verdade e da justiça, a testemunha aqui em questão está colocada em uma posição paradoxal frente ao ato de testemunhar, não como detentora da verdade, mas como indigna dessa posição. Quem seriam as “legítimas” testemunhas são as que não testemunharam (e nem teriam podido fazê-lo) justamente porque ‘*são os que tocaram o fundo*’, os muçulmanos⁴, os submersos’ (p. 43). Só que estes não podem testemunhar, eles não sobreviveram.

Cabe, então, aos sobreviventes testemunhar. Esta condição (de sobrevivência) é marcada pela impotência de dizer o que os muçulmanos diriam, os sobreviventes testemunham a partir deles - de quem estava também no *Lager*. Só que a contingência dessa enunciação é exatamente o fato de *não-ser* muçulmano. O testemunho, frente à indignidade de falar pelo outro, exige uma posição de sujeito, de falar do seu lugar. No caso de Auschwitz, as testemunhas falam em nome próprio como sobreviventes, a partir do que viveram nos campos, não como uma tentativa de representar aqueles que não puderam.

A noção do lugar de terceiro proposta por Gagnebin (2006) se dá a partir da ampliação da noção de testemunha da figura daquele que viveu a situação para aquele que, mesmo não tendo estado presente de fato, escuta e se afeta pelo testemunho de quem esteve. Para trazer esta ampliação do que seria testemunhar, Gagnebin retoma o sonho que atormentava Primo Levi nas noites em Auschwitz. No sonho ele está contanto sobre o que viveu no campo, só

⁴ “A explicação mais provável remete ao significado literal do termo árabe muslim, que significa quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus, e está na origem das lendas sobre o pretense fatalismo islâmico, bastante difundidas nas culturas europeias já a partir da Idade Média (com essa inflexão depreciativa, o termo se encontra com frequência nas línguas europeias, especialmente no italiano). Contudo, enquanto a resignação do muslim se enraíza na convicção de que a vontade de Alá está presente em cada instante, nos menores acontecimentos, o muçulmano de Auschwitz parece ter, pelo contrário, perdido qualquer vontade e qualquer consciência. (...) Na situação extrema [entre vida e morte], estava em jogo continuar ou não sendo um ser humano, o muçulmano marcava de algum modo o instável umbral em que o homem passava a ser não-homem (...), no qual não só a humanidade e a não-humanidade, mas também a vida vegetativa e de relação, a fisiologia e a ética, a medicina e a política, a vida e a morte transitam entre si sem solução de continuidade.” (Agamben, 2008, pp. 52-54 -56)

que as pessoas levantam e vão embora, não querem ouvir. E se pergunta: “*Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?*” (Levi, 1988, apud Gagnebin). Com essa passagem Levi traz a dimensão de uma violência que não é só a da fome, do frio, dos piolhos, das atrocidades de Auschwitz, mas da violência que é não ser escutado ao falar sobre o que viveu. Como se esse testemunho não tivesse lugar como se não devesse ser dito. Esse foi o sonho de Levi, mas é também de muitos outros que passam por violências e traumas, e dos que vivem a mercê de lógicas de extermínio. E muitas vezes, essa impossibilidade de escuta não se dá só em sonho, mas é via de regra ao tentar narrar um pouco do que se viveu.

Essa era a intenção dos nazistas quando, sabendo de sua derrota, passaram a destruir qualquer rastro sobre a existência dos campos, de tornar esse testemunho sem lugar. “*Eles [os campos] deveriam se tornar duplamente inenarráveis: inenarráveis porque nada que pudesse lembrar sua existência subsistiria e porque, assim, a credibilidade dos sobreviventes seria nula.*” (Gagnebin, 2006). Uma tentativa de impedir a produção de memória sobre os campos. Uma tentativa de que a “falta” de provas tornasse impossível legitimar a fala dos sobreviventes.

De alguma forma, os familiares de Levi no sonho produzem a mesma impossibilidade de memória que os nazistas buscavam. Quando estes não escutam a narrativa do testemunho sobre o indizível do campo, estão atualizando a estratégia nazista: apagar os rastros. Estão tornando a tentativa de dizer sobre o que aconteceu uma nova experiência traumática: por ter que rememorar e remontar em corpo e fala as violências já sofridas e por, ao dizer, ter sua narrativa descreditada, silenciada. Com essa perspectiva de não escuta estão eles também tornando insustentável uma memória dos campos.

“Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com os próprios olhos, o histor de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.”(GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Trazendo essa discussão para o que acontece no Brasil em termos de produção de memória e testemunho sobre a nossa história (e presente) cabe mostrar algumas especificidades. Diferente do que aconteceu com a memória do holocausto (Shoah), aqui ainda se têm muito a fazer para de produzir memória sobre as nossas atrocidades. Coimbra

(2001) ao analisar as continuidades e descontinuidades entre torturas de ontem e hoje, pontua que “a história que, de um modo geral, nos tem sido imposta seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses, construindo, com isso, zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações.” (p. 11). Escravidão, violações de ditadura, genocídio dos povos originários, genocídio da juventude negra, guerra às drogas, todas essas grandes feridas na nossa história continuam abertas, silenciadas e sangrando. Como já dito em letra de rap: “a dor dos judeus choca, a nossa gera piada”⁵. Perdura, ainda, um tanto de produção de esquecimento sobre essas feridas que, assim, insiste em barrar a produção de uma memória social sobre tais atrocidades.

E como fazer essa função de terceiro, levantada por Gagnebin (2006), de testemunhar o testemunho? Não silenciar é estar aberto, ficar, sustentar o insustentável lugar de quem escuta. Se deixar afetar por essas histórias. Essa memória que ainda não se produziu socialmente e coletivamente, não foi por falta de pessoas e coletivos que estejam dispostos a falar, (Coimbra, 2001). Muitas falam (gritam) seus relatos, o que falta são ouvidos, corpos sensíveis a se deixar afetar pelo que se tem a dizer para poder produzir algo que não seja silenciamento. Alguns já desistiram de tentar se fazer ouvir - como os que emudeceram com o passar das décadas de esquecimento e clausura dentro de manicômios.

Szuchman e Indursky (2014), na análise que fazem sobre o trabalho que é desenvolvido junto ao projeto Clínicas do Testemunho⁶ com pessoas afetadas direta ou indiretamente pela violência de Estado, apontam a importância de um espaço coletivo para que a transmissão do testemunho se dê de forma viva. Nesse sentido, não é só o fato de narrar o que se viveu que se constitui enquanto ato de testemunho, “*não se torna testemunho do dia para noite, mas vive-se um processo testemunhal de cocriação, no qual quem recebe o testemunho está implicado diretamente nessa fabricação.*” (p. 57). Reside aí uma dimensão importante do testemunho, na qual não é só o fato de contar o que aconteceu (prática dos tribunais), mas que este faça sentido.

Dessa forma, podemos dizer que se produz na possibilidade do testemunho um caminho por onde se colocar de outra forma frente à experiência, sem que mergulhe no

⁵ Verso da música *Bang!* - Emicida (2013)

⁶ O projeto Clínicas do Testemunho é parte do programa de reparações da Comissão de Anistia. Cito: *as Clínicas do Testemunho constituem o primeiro esforço do Estado brasileiro para reparar e reintegrar à nossa história – tanto às histórias individuais, das vítimas, quanto à memória coletiva, da sociedade – as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes repressivos da ditadura civil-militar (1964-1985).*” (p. 15)

trauma. Não é a veracidade dos fatos que se busca, mas sim a possibilidade de se constituir enquanto testemunho, em sua dimensão necessariamente compartilhada, e assim agenciar outros mundos. *“A única forma para que não continuem se repetindo tais atrocidades não é o fato de serem lembradas incessantemente, abuso de memória familiar à sideração traumática. Mas a possibilidade que estas sejam traduzidas por aqueles que não estavam lá e que, ao receber os testemunhos, passem a tomá-los como parte de sua história coletiva e subjetiva.”* (Szuchman & Indursky, 2014, p. 64).

Aqui, talvez, esteja a linha de uma problematização no plano institucional no testemunho. Na medida em que o testemunho precisa fazer sentido para além de uma história particular, estaria nessa passagem necessária do particular para o coletivo. Nessa passagem, o lugar de terceiro entra em questão como uma possibilidade de rearranjar ou tencionar certas relações de poder e verdade⁷ e, assim, deixar de repetir infinitamente o passado.

É partindo do lugar de terceiro que me coloco. E é nessa aposta de trazer sentidos coletivos ao que me foi testemunhado que me coloco a escrever sobre pedaços de vida que compartilhei com aqueles que possibilitaram os meus primeiros passos por constituir-me psicóloga. E coube a mim ouvi-los. Sustentar a fala dos que me deram testemunho de suas experiências, deixar essas histórias me habitarem, que me fizessem parte, digeri-las, e agora, falar e escrever.

PRIMEIRO ATO - Arquivo

Prontuário nº 014783

Era um dos prontuários mais recheados que tinha naquela sala, mesmo não sendo um dos mais antigos – ‘apenas’ cinco anos de internação. Ele perguntava sobre sua “alta”, dizia que se tivesse cumprido no central já estaria em casa nessa altura. Ter “alta” dependia da avaliação da equipe que o acompanhava.

Eu tinha ido olhar o prontuário antes da reunião que teria com a equipe de referência do caso para me situar do histórico e dos procedimentos adotados. Eu era a AT⁸, estagiária de psicologia. Era um prontuário cheio de relatos, páginas e páginas de escrita sobre ele. Entre o folhear das páginas com relatos de atendimento, autorizações de saída, prescrições de

⁷ Aqui tomamos poder e verdade no sentido foucaultiano.

⁸ Acompanhante Terapêutica (AT).

medicamentos, ao final de uma escrita do psiquiatra. Virando uma página estava, talvez, o que resumiria todos os relatos.

Escrita em letras maiúsculas, duplamente sublinhada com caneta colorida, ocupando toda a diagonal do verso da folha, estava solitária e imponente a palavra final: ANTISSOCIAL.

Sua sentença estava encerrada nestas onze letras. Marcado pelo diagnóstico, sua vida, suas ações e seu prognóstico se circunscreviam a essa página do prontuário.

SEGUNDO ATO - Solitária

- Eles não me davam bola – ele dizia alvoroçado – falavam: “Sim, já vamos chamar a diretora pra ti. Pode ficar tranquilinho”. E nada. Sabe, isso vai revoltando a gente por dentro.

(Foram dois longos dias que ele ficou ouvindo essa resposta. Dois dias de espera, essa altura já parecia tom de deboche ele me disse algumas vezes durante a nossa conversa. Uma semana antes ele tinha sido colocado na ala fechada como punição por ter sido pego usando maconha - rotineiro teste de urina semanal para quem está na ala aberta. Ele sabia tendo sido colocado no fechado não poderia receber a visita do pai agendado para o fim de semana, já conhecia bem os procedimentos. Então decidiu se adiantar: pediu para os agentes da ala fechada falarem com a enfermagem ou sua psicóloga para avisarem seu pai de que não viesse no fim de semana. – ‘Sim, pode ficar tranquilo aí, depois eu aviso.’ - foi a resposta do primeiro agente que pediu, do segundo, do terceiro... Só que quando chegou o dia de visitas, vieram avisá-lo de que seu pai tinha vindo mas que já tinha ido embora porque ele ‘caiu’ pro fechado.

Culpado era ele que foi pro fechado e fez o pai perder a viagem...

E já fazia dois dias que ele pedia para falar com alguém sobre o que aconteceu.)

- Sabe, essas coisas revoltam a gente. Fiquei perguntando por que não avisaram meu coroa. “Isso é com as tuas técnicas” ele me respondeu. Pedi pra chamar elas, muitas vezes, e nada delas aparecerem. Daí eu não aguentei mais, peguei minhas roupas, o colchão, juntei tudo na porta e botei fogo mesmo. Isso aí que eu disse. Sei que eram só as minhas coisas ali queimando. Mas ficar vendo eles correndo de um lado pro outro tipo barata tonta pra apagar o fogo me deu até um alívio.

Junto a essa última frase eu pude ver um sorriso amargo em seu rosto. E veio junto a certeza de que a alta que ele tanto pedia continuaria a ser algo longe da ordem do possível. Culpado era ele... Mais um registro no prontuário recheado, outra intercorrência de mau comportamento para preencher páginas e linhas, mais uma comprovação do diagnóstico de antissocial. Antissocial, drogado, ladrão, manipulador, louco, interno do manicômio judiciário, descontrole emocional, todas essas designações comprovando que ele era perigoso.

Mais um registro, mais uma página, mais uma cena para reafirmar o diagnóstico. O que ficou? O colocar fogo, demandar atenção. Nada tinha escrito sobre o que ele me contou, o pedido pelo telefonema ao pai, as várias tentativas de falar com alguém sobre isso. À ele foi impossibilitada a escuta, sistematicamente. Quando pediu para avisarem seu pai não foi ouvido, quando pediu para falar com alguém também não foi ouvido. E o que ficou como registro foi a descrição do ato de prender fogo ao colchão. O que ele tinha para falar sobre os sucessivos silenciamentos não teve espaço nas linhas de um prontuário. O que ele tinha para falar ficou comigo... e com quem mais se dispôs a se afetar pelo que ele tinha a dizer.

TERCEIRO ATO - Lógica do Iogurte⁹

Em uma manhã de céu cinza quando cheguei ao estágio. Cheguei à unidade feminina e me contaram que a paciente com quem faço acompanhamento terapêutico estava perguntando por mim. Antes que pudesse ir falar com ela, me anteciparam o assunto: ela tinha “roubado” (tomado) o iogurte da agente penitenciária que estava de plantão naquela manhã. Depois de ter sido “pega” e repreendida, queria sair comprar um novo iogurte, o que a agente não permitiu. E por isso, então, ela estava perguntado por mim: para que eu a levasse ao supermercado para comprar um novo iogurte para devolver, no lugar do que ela tinha tomado. Explicaram-me que a situação já tinha se resolvido, que já tinham anotado no caderno do dia e depois a médica dela ia conversar com ela. A agente explicou que não havia deixado ela ir comprar outro porque isso [comprar] não anularia o fato de ela ter roubado. O iogurte estaria de volta, mas o ato de roubar não seria anulado.

– Ela deveria aprender a não fazer, tentar “arrumar” não adianta. Se tivesse matado alguém, queria ver tentar ‘arrumar’.

⁹ *Lógica do Iogurte* foi o nome dado por ela para essa cena em uma fala que fizemos juntas no seminário “O Acompanhamento Terapêutico na Desinstitucionalização da Medida de Segurança” em 2012.

Quando finalmente consegui conversar com ela, me disse que não queria roubar; tinha tomado o iogurte, mas agora queria devolver só a agente que não estava permitindo. Fomos nós duas ao supermercado.

Essas três cenas interrogam o que é possível ser testemunhado. Antes de falar sobre isso, é preciso traçar ainda algumas linhas sobre outro comum entre essas cenas. Elas colocam em questão o que fica, o que dura, dessas situações, em termos de experiência, mas também em potência de enunciação. E nessa relação, está o prontuário médico como registro, que diz dos fatos e intercorrências da vida de um interno no manicômio.

Se fossemos acessar essas histórias pelo que têm de registro, em laudos e prontuário, o que se saberia dessas vidas? Cabe conversar com Foucault (2003) ao escrever *A vida dos homens infames*, explicando do porque fazer uma compilação de registros sobre vidas que só emergiram da escuridão ao terem se deparado com o poder:

“Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recupera-las nelas próprias, tais como podiam ser ‘em estado livre’; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.” (Foucault, 2003, p.206)

Com isso, ele fala sobre um plano do registro de vida que só é possível tendo sido, em algum ponto, forjado nas trocas com o poder (Foucault, 2003) Ele questiona sobre que relações são essas que possibilitam vidas que estariam destinadas a passar sem marcas, figurar em textos (enquanto registro) sua passagem pela existência, terem suas vidas ‘tiradas das sombras’ pelos holofotes do poder sobre suas infâmias, que pôde em alguma instância decidir sobre seus destinos. O sujeito fica perdido no tempo e sua passagem fossilizada pelos registros só se dá pelo que dele deveria ser argumentado enquanto perigoso, sujo, vil, para ser passível de intervenção sobre sua vida e existência.

Nas cenas que trago, muito foi dito sobre essas vidas decididas a partir de sua captura nas relações de poder. Em algum ponto de suas vidas foi localizado um ato transgressor à lei e que, por terem sido lidos como loucos a partir da ponderação de vários outros atos e condutas, esse ato criminoso motivado pela loucura (já comprovada) deveria então ser tratado através da medida de segurança. Por *medida de segurança* estas pessoas, então, são retiradas da

sociedade, para proteger a todos do perigo que elas representam. E, de certa forma, se aproximam muitos desses homens infames de Foucault.

O ato transgressor, seja furtar um iogurte, prender fogo a um colchão e tantos outros, é um sintoma de como a loucura do paciente pode ser perigosa. Agora é só um iogurte, mas em outro momento pode ser o assassinato de uma pessoa. Ou então, como colocar fogo mostra o quanto desequilibrado e impulsivo ele é. Por meio desses enunciados, fáceis de surgirem, serem ditos e terem lugar, atualiza-se a noção de periculosidade, onde não é mais o ato transgressor que importa, mas todas as “pequenas coisas” - que poderiam não serem notadas - que esses sujeitos já fizeram. Estas “pequenas coisas” foram constituindo essa imagem de uma personalidade perigosa, e o perigo, então, pode ser localizado no autor e não mais no ato em si. (Foucault, 2001). O paciente é, então, potencialmente perigoso, logo qualquer ato fora de comum comprovaria esse risco. Cada um desses comportamentos fora da norma serve como mais uma comprovação da periculosidade que já foi atestada. E todo ato fora da ‘norma’ é, então, tomado como circunscrito à condição de ser paciente judiciário, interno do manicômio, louco e perigoso.

Agamben (2008) retoma o conceito de enunciado dos estudos de Foucault (2008) em *A Arqueologia do Saber* para pensar a relação que o testemunho tem com o arquivo. Para Foucault, o *enunciado não é estrutura, mas função de existência* (Foucault apud Agamben, p.141) Ele não é o dito da linguagem, que pode ser mensurado e localizado pelas disciplinas ou ciências. É, justamente, o que está em todo o dito como sua condição de enunciação. Nesse sentido, o enunciado não se refere a uma condição de sujeito que enuncia, mas algo que prescinde de sujeito. A questão então não é quem enuncia, mas o que torna possível o dizer. Assim, *o sujeito fica dissolvido de qualquer implicação substancial e se torna pura função, pura enunciação.* (p.142)

Podemos pensar essa condição no ato de comparar o furto do iogurte com o assassinato de alguém. Isto só pôde acontecer, no caso enunciado, por já existir todo um arcabouço de saberes, disciplinas e técnicas que estão em constante jogo de forças e que definem um lugar de legitimidade, e não por uma questão individual. Assim, podemos ver atualizados vários procedimentos que fazem corresponder a loucura com a noção de perigo social, do poder médico com o poder jurídico. (Foucault, 2001). Foucault chama de arquivo os sistemas de enunciados que procuram circunscrever acontecimentos e regularidades em disputa a um *a priori* histórico.

Cabe, portanto, pensar como fica a condição de testemunho frente ao arquivo e aos enunciados que prescindem de sujeito (operam por murmúrios), enquanto que o testemunho é necessariamente da dimensão do sujeito, como possibilidade contingente de enunciação, e de não-enunciação. Dessa forma, *o testemunho é sempre um ato de autor* (p.150).

“A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer, ou seja no seu ser sujeito. O testemunho não garante a verdade factual do enunciado conservado no arquivo, mas a sua não-arquivabilidade, a sua exterioridade com respeito ao arquivo; ou melhor, da sua necessária subtração – enquanto existência de uma língua – tanto perante a memória quanto perante ao esquecimento. (Agamben, p. 157)

Assim, o testemunho se coloca como a possibilidade de buraco em meio aos já enunciados, esburacamento do arquivo que o provoca. Para então, agenciar algo que faça esse arquivo ranger.



10

¹⁰ <http://www.sul21.com.br/jornal/vereadores-de-porto-alegre-visitam-ipf-e-conhecem-realidade-de-pacientes-que-cumprem-medida-de-seguranca/>

DAS TRINCHEIRAS

*s.f. Escavação aberta no solo no sentido longitudinal: abrir uma trincheira.
Fosso que permite, durante o combate, a movimentação da tropa e o tiro a coberto do inimigo.
Vala onde se plantam cepas de videira.¹¹*

“Quando a palavra seca

*Tudo perde o sentido quando uma mulher negra, moradora de favela, baleada no pescoço,
pende de um porta-malas e tem o corpo arrastado pelas ruas do centro do Rio.*

*Transeuntes e motoristas buzina, gritam, acenam, se desesperam, choram, lamentam, porém,
os policiais que dirigem o carro não ouvem, não veem, não param. Não param. Não param.*

*As palavras humanidade, respeito, dignidade, cidadania, vida, direitos, sonhos, justiça,
perdem o sentido. A gente perde as forças, a palavra, e múnua, como o texto seca diante de mais um
caso de horror racista que não comoverá o mundo e ainda terá a dimensão racial esvaziada.*

*Perde-se o sono e não se sabe a fórmula do confronto para reencontrá-lo. Tudo perde o
sentido. A vida perde a poesia. A condição humana é rebaixada a cada ação policial.”*

(Cidinha da Silva)¹²

Talvez por operação de vizinhança fonética começo esse capítulo de trincheiras trazendo, então, o destrinchar. Deleuze (2005) em *Foucault* traz essa operação para abrir as palavras e as imagens e assim fazer ver os enunciados, identificar seus funcionamentos, as engrenagens que fazem ver e dizer. Uma operação para escavar as lógicas dos enunciados, revolver a terra das palavras, para olhando em seu interior entender o peso das rochas verdades, a força dos mananciais sentidos, a lamicidade do poder.

Destrinchar, destrincheirar, desentricheirar trincheiras em que estamos, vivemos, testemunhamos. Trincheira, operação tática de guerra para colocar pessoas em valas escavadas na linha de frente do campo de batalha. Delimitar o limite tático geográfico entre nós e eles, marcado com corpos e corpo de terra. Viver na trincheira, deixar morrer na trincheira, por bombas (de inimigos e acidentalmente de amigos), armas, febre, diarreia, enlouquecimento. Deixar morrer...

Oficina Socioeducativa

Nessa oficina começamos com uma história infantil, mesmo todos ali já não sendo mais (tão) crianças. Lemos o livro que contava a história de dois meninos que não se gostavam e aos poucos foram criando distancia entre si. Distancia que foi aumentando e aumentando e

¹¹ <http://www.dicio.com.br/trincheira/>

¹² <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/cidinha-da-silva/23888-quando-a-palavra-seca-por-cidinha-da-silva>

extrapolou para seus amigos, famílias, até que quem se relacionava com um não podia se relacionar com o outro, com os amigos do outro, com os vizinhos... A cidade era dividida, em clima de guerra, só que ninguém, nem os dois meninos, lembravam-se do porquê tudo aquilo começou.

Essa era a parte da história infantil, mas sentados ao redor da mesa naquela oficina também nos perguntávamos sobre as guerras em que estávamos. Na oficina anterior a essa, tínhamos conversado sobre o mundo do tráfico, os “corres”, a guerra às drogas, as mortes. E, como na história infantil, não se sabia como essa guerra que tanto se falava, se sabia e se vivia havia começado. Estávamos nela, dentro dela, mesmo que de dois mundos diferentes, como ouvimos várias vezes “é assim no mundo de vocês, no nosso mundo...”. Mas como ela começou? Ou sempre existiu?

E falamos sobre que nem sempre as drogas (ou essas drogas) foram ilegais, sobre a pauta da descriminalização da maconha. E a conversa chegou no conhecido momento de falar sobre “sair” dessa guerra, da vida do tráfico, de se endireitar. Mas o que é sair da guerra? É não estar na mira do fuzil? Como sair de uma guerra (ter nascido em uma guerra) que já existia e nem se sabe bem porquê? Ser alguém de algum dos lados de uma guerra que não se escolheu estar. Se escolhem guerras? Então, o que fazer com as guerras em que já estamos? O que estávamos fazendo nessa oficina?

Faz-se, então, necessário destrinchar, abrir as linhas por onde essas guerras operam lugares, falas, mortes de tantas vidas entrincheiradas. Há vidas sendo agenciadas, sendo tecidas, sendo montadas, sendo decididas, sendo esvaídas por esses vários saberes e dizeres que dão condição de existência do que aqui me proponho a chamar de guerra. Por mais que essas práticas e enunciações possam prescindir de sujeito para se serem, são sujeitos que as atualizam, são sobre sujeitos que atuam, sobre a vida em si, sobre sua possibilidade de existência e morte frente a essas guerras. E de alguma forma, o testemunho só pode surgir em meio a essas mesmas guerras.

Rodrigues (2014) coloca que, em meio às interrogações sobre a violência, seus motivos e definições, necessita começar pensando nas inquietações que a violência lhe provoca. Neste texto falamos da violência através das trincheiras. Neste texto falamos da violência através das trincheiras. Falar da trincheira? Marcar posição. E, de forma a situar também o estamos falando enquanto trincheiras neste trabalho, vou então tentar dizer o que tomo enquanto trincheiras, ou seja, o que elas agenciam sentidos nesse texto. Porque, de certa forma, trincheiras agenciam imagem dentro desse complexo campo que é falar sobre violência. Longe de pretender conceitualizar a trincheira ou a violência, prefiro trazer

intensidades, posições, entrincheiramentos que se constituem em meio às guerras. Vamos então puxando algumas linhas, escavando sentidos.

Uma imagem-trincheira que sempre me surge quando remonto essa cena da oficina é que todos os jovens que estavam ao redor daquela mesa, conversando sobre guerras, estavam ali justamente porque, em algum momento foram alvo de uma abordagem policial que os localizou dentro da trama institucional socioeducativa. O que também significa que a maioria deles (e no caso dos presentes foram efetivamente todos) sofreram uma abordagem truculenta da polícia. Mas isso é procedimento padrão, a *galera* já diz saber que é assim mesmo. E essa abordagem violenta os fazia estar ali, discutindo sobre guerras e o que fazer com elas.

Quando Coimbra (2001) remonta a história de torturas no Brasil, traz realidade já sabida das torturas infringidas aos negros escravos, aos índios – que não eram considerados humanos- e aos “perigosos” de todos os tipos no período colonial e mesmo após. Ao falar sobre nossa história de torturas, poderemos, também, pensar as torturas de hoje, o que permanece, se aproxima, se assemelha e dura dos suplícios de outrora. Linchamentos públicos... *“Assim, a tortura – que, ao longo de todo século XX, foi cotidianamente utilizada contra os “desclassificados” e “perigosos” sociais - continua sendo, hoje, prática comum em delegacias policiais, presídios, hospícios e muitos outros estabelecimentos que tratam dos chamados “infratores” e “delinquentes”-mirins.”* (p.12)

Pensando nos regimes de visibilidade que se inscreve sobre quem se considera “perigoso”, de quem se deve ter medo, Gomes e Giroto (2015) analisam alguns acontecimentos sociais nos últimos anos¹³ envolvendo juventude e a imagem do “perigoso” que se tem sobre eles. Eles afirmam que *“a juventude brasileira está em um plano onde os erros e os acertos são milimetricamente visibilizados, estudados e investigados.”* (p.395) E assim a juventude, ou melhor, certa juventude, é tomada por todo um regime de visibilidade que localiza a violência por sob esses sujeitos. Tomando outros analisadores para pensar a mesma questão, Rodrigues (2014), traz dados sobre as estatísticas do Mapa da Violência no país. *“Os jovens que correspondem a 26,9% da população em 2012 registram, nesse mesmo*

¹³ *“O primeiro ficou conhecido como rolezinho, em que alguns jovens, pobres, grande parte negros, foram tomados como bandidos ao visitar um shopping, pois com seus corpos e com seus ritmos borravam a ordenação do espaço de consumo de alguns. No segundo, um jovem negro foi espancado, desnudo, teve sua orelha mutilada, acorrentado pelo pescoço em função de ter sofrido uma acusação de furto. Os justiceiros, como foram chamados aqueles que tiveram tal iniciativa, se sentiram no pleno direito de fazê-lo com o aval de parte considerável da mídia.”* (p.388-389)

ano, 53,4% do total de homicídios do país. A questão dos homicídios não se faz só alarmante pela proeminência de homicídios nessa população, mas também pelos números totais.” (p.24)

E cita, como o faço aqui, Waiselfisz (2014):

“No ano de 2012, (...) aconteceram acima de 56 mil homicídios. Isso representa 154 vítimas diárias, número que equivale 1,4 massacres do Carandiru a cada dia do ano de 2012. Na década analisada (2002 – 2012), morreram, no Brasil, nem mais, nem menos: 556 mil cidadãos vítimas de homicídio, quantitativo que excede, largamente, o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo” (p.32)

Tanto os dados quanto os dois acontecimentos sociais analisados colocam em foco o quanto a juventude vem sendo costurada junto aos emaranhados da violência. Mas enquanto esses jovens passam por uma navalha fina, onde seus atos e transgressões são milimetricamente visibilizados, reside todo um campo de silêncio e invisibilidade sobre a violência a qual esses jovens são alvo. Podemos ver este fato pelos números alarmantes de mortes por assassinato dentre jovens brasileiros, pela ‘legímita’ repressão e abuso policial sobre esses jovens (como aconteceu nos *rolezinhos*), no linchamento público...

Aqui nos deparamos com uma não linearidade da violência, na qual esses pontos de visibilidade e invisibilidade podem nos evidenciar algumas trincheiras. No Mapa da Violência (2015), onde é feita uma compilação e análise sobre os dados oficiais sobre mortes matadas por armas de fogo, começa sua análise pontuando que *“a violência é tolerável em determinadas condições, de acordo com quem a pratica, contra quem, de que forma e em que lugar.”* (p.9). Não que essa análise seja efetivamente uma novidade, mas coloca a necessidade de olharmos o que baliza tal diferenciação em que sobre algumas vidas a violência é tolerada. Antes vamos a mais uma cena das sutilezas atroz por onde se escavam trincheiras cotidianas:

AT na Periferia

O menino queria visitar sua ex-professora. Ele tinha sido afastado do colégio que não sabia lidar com ele a pedido do CAPS-i. A escola era perto de sua casa, ele me levou até lá. Era meio da manhã, quando chegamos avistamos um segurança na entrada da escola. Portão fechado. Segurança olha para o menino e pergunta o que quer.

- Quero ver a minha professora, a prof. Bianca.

O segurança meio desconfiado pergunta se ele estuda ali, ao que recebe uma resposta negativa e reticente. E conclui:

- Aqui não funciona assim, não tem como vir ‘ver’ a professora.

Tendo terminado a conversa com a criança negra, olha para minha tez branca, começa abrir o portão para me deixar entrar, e pergunta o que eu desejo.

- Estou acompanhando ele.

E instantaneamente o portão volta a ser fechado.

Nos dados levantados pelo Mapa da Violência (2015), há uma sessão específica para analisar as diferenças estatísticas de cor e raça das vítimas. Nela estima-se que das mortes por arma de fogo entre acidente, suicídio, homicídio e indeterminada, a taxa de homicídio, que é acentuada em todas as categorias, na população negra caracteriza 95,6% das mortes. Além disso, traçando um paralelo entre o número de mortes entre pessoas negras e brancas, chega-se ao dado de que morreram proporcionalmente duas vezes e meia mais negros do que brancos neste ano. Em algumas capitais, como Alagoas e Paraíba, essa proporção chega a ser de dez vezes mais negros mortos por arma de fogo do que brancos.

Esses dados mostram que é preciso olhar além do recorte de classe que comumente fazemos ao analisar as desigualdades do capitalismo, pois como coloca Bento (2002) “*a pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la.*”(p.27). Não dizer quem são essas populações marginalizadas contribui diretamente para o regime de invisibilidade de certas violências que fazem parte da história de uma país escravocrata. Pensando todas essas linhas de invisibilidades presente dentro da história oficial, e então coletiva, o testemunho se coloca como um esburacamento frente a esse véu de esquecimento social.

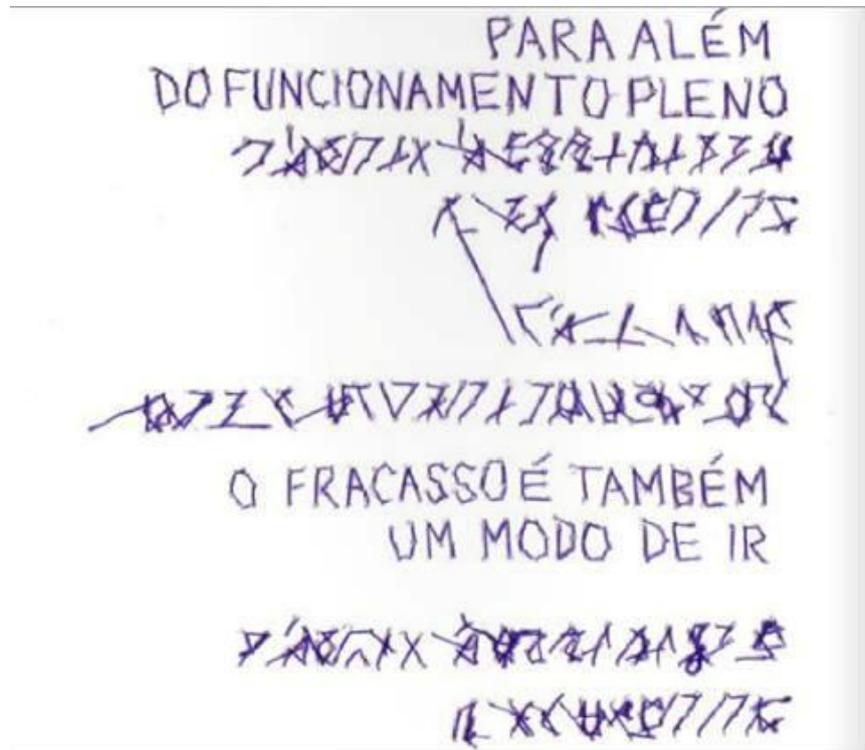
Sobre isso podemos seguir uma pista que Agamben (2010) coloca ao analisar as lógicas da biopolítica contemporânea a partir da figura de *vida nua*: “*(..) mais útil seria indagar atentamente quais procedimentos jurídicos e quais dispositivos políticos permitiram que seres humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas, até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito.*” (p.167)

O paradigma biopolítico que tem o campo como modelo instaura a possibilidade de incidir sobre o corpo individual a fim de eliminar o que de virulento existe de risco ao corpo populacional (o estado nação). Assim, se torna possível produzir uma zona onde se possa incidir sobre o pobre, doente, louco, favelado, negro, vândalo, drogado, criminoso,

destituindo-os de direitos, violando-os sem que isso configure um crime. Pois eles são o ponto onde é localizado a loucura, o perigo, e assim se tornam a vida nua sobre a qual se deve intervir pelo bem de todos. Fazem parte de lógicas sistemáticas, reatualizações de um passado nunca olhado. Estão muito longe de serem casos isolados ou infortúnios.

Essas são as lógicas que dão sustentação a produção constante de entrincheiramentos sob as vidas de tantos. Tendo visto um pouco de por onde se escavaram essas trincheiras, é preciso agora novamente se perguntar o que fazer, o que fazer frente o testemunho de vidas entrincheiradas pelas guerras da biopolítica contemporânea.

DOS CORPOS SENSÍVEIS



14

“*Isto funciona por toda a parte: umas vezes sem parar, outras descontinuamente. Isto respira, isto aquece, isto come. Isto caga, isto fode.*” (Deleuze & Guatarri, 2010, p.11) Assim começa o *Anti-Édipo*, primeiro livro de uma coleção que colocara em análise as dobras de subjetivação, para além do representacional, que estava posto como vigente pela psicanálise da época. *Isto*, esta corporeidade maquínica que produz fluxos, acoplamentos, ligações. É o por onde se dá, onde se agenciam máquinas de falar, agir, ouvir, ser, enunciar, compor, produzir, controlar.

Até então compomos algumas linhas de texto sobre testemunhar e sobre as trincheiras da biopolítica contemporânea. Nos fios traçados pelo encadeamento do que fazer frente ao que se experienciou marca a questão ética do que fazer frente às trincheiras. Testemunho, certamente é uma das linhas que se fazem possíveis no limite na impossibilidade do dizer. Um testemunho que atravessasse os corpos singulares e tome corpo, parte, sentido de quem não

¹⁴ Arte de Julia Panadés (<http://www.juliapanades.net/>)

estava lá, mas que nessa passagem de afetação se faça possível sentir o cheiro, o coração pulsante, justamente por tornar seu, deixar-se fazer-se.

Estamos, assim, o tempo todo falando de corpo, corpo que sente, que age, pulsa, estagna, morre. Ai, ai, o corpo... que cansa, dói, reclama, chega em casa (quando chega) exausto, dos estágios, dos trabalhos, sufocado pelas violências testemunhadas, abarrotado de histórias, pesando toneladas de ‘e agora, o que faço com isto?’. O *isto*, que Deleuze e Guattari falam, que não é (só) esse corpo-eu, mas *processo de territorialização*¹⁵ (Deleuze e Guattari, 1997) por onde os fluxos se dão, e é a pista para responder as inquietação éticas que vem sendo traçadas nessas linhas de páginas. E tornou-se o último capítulo deste trabalho.

Pensando esse corpo enquanto territorialização (processo sempre de desterritorialização e reterritorialização), estamos necessariamente pensando o corpo enquanto processo, enquanto acontecimento e enquanto inesperado. Esse é um pensar o corpo que muito difere da ideia de um corpo enquanto imagem de corpo, corpo ideal, estanque, parado. No vídeo entrevista ‘*O que pode o corpo?*’¹⁶ Viviane Mosé fala da condição ética que se tem nesse corpo do acontecimento, *ética é atitude, e atitude exige corpo*. E com essas poucas palavras coloca o corpo como meio ético, enquanto campo de práticas e condutas (disciplinamento).

Para testemunhar é necessário corpo, corpo disponível, corpo coletivo. É chegada a hora então de olhar para o que/como se produz esse corpo que se quer testemunhal. Se antes, falamos da necessidade de uma passagem do particular para o coletivo para se construir o testemunho – que também é onde reside a possibilidade da dimensão clínica (Szuchman e Indrusky, 2014) – o plano de fundo desse deslocamento está no corpo que se permite ser tocado, mexido, revirado pelo que o testemunho traz.

Não é óbvia a posição de ficar e ouvir, é necessário um exercício ativo no ficar e escutar. Este ficar está longe do *ficar parado* ou do *ficar inerte*, como se não existisse relação, como se não existisse atitude. No sonho de Levi, o ficar para ouvir seu testemunho exigiria disponibilidade de corpo frente as intensidade inerentes à construção de uma memória sobre

¹⁵ Aqui tomamos o conceito de territorialização a partir do texto Acerca do Ritorno(1997): “A *territorialização* é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo. Ela conserva o caráter mais geral do ritmo, o de inscrever-se num outro plano que o das ações. (Deleuze e Guattari, Mil Platôs, p.106 v. 4)

¹⁶ Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/2009/11/23/integra-o-que-pode-o-corpo-viviane-mose-e-dani-lima/>

os campos – uma memória-vísceras. Este ficar é ético, diz da disposição ética de se deixar ser tomado pelo que está a ser testemunhado, e que, de certa forma, é estar um tanto à deriva.

Rolnik (1993) retoma Deleuze¹⁷ quando diz que *só se pensa quando se é forçado a fazê-lo* (Deleuze, 2003). Para ela, o *constrangimento* e *acaso* são os responsáveis por agenciar o pensamento – e explica: *o que constrange aqui é a pressão das violências das marcas que se fazem em nosso corpo ao acaso das composições que se vão se tecendo* (p.243). A partir dessa retomada de que é preciso ser forçado para poder pensar, ela coloca o corpo em cena nesse agenciamento de pensar quando afirma que ele é o por onde essa relação se dá.

Para ela, *marcas são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nossos corpos, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir* (p.242). Nesse sentido, precisamos deixar-nos violentar, sermos afetados, por essas *marcas*. Essas mesmas marcas que se territorializam em pesos e esgotamentos no corpo. Nesse corpo que é então passagens de fluxos, precisamos afirmar que algumas coisas fiquem, durem, reverberem... E, nesse encontro com a diferença, vão marcando estados novos, forjando assim novos corpos, novas territorializações. A violência é aqui colocada em uma relação de produção, de positividade, de produzir novos corpos, que nos distância da violência que falávamos nas trincheiras. A violência nas trincheiras diz de relações de poder embrutecidas, diz de silenciamentos e invisibilidades; a violência das marcas diz de movimento, de rearranjar jogos de poder e de corpo:

“Podemos dizer que cada vez que isto acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo – em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc – que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondermos à exigência imposta por um destes estados, nos tornamos outros.” (Suely Rolnik, 1993, p.241)

Às vezes, contudo, essa nova composição não se dá, não tem como se dar - às vezes afundamos. Não se tem corpo para sustentar a marca, rompe a linha, desfaz a costura – estagna. É como se faltasse por onde... As afetações e produções de novos corpos frente ao *devir* não é um agenciamento linear, faz voltas, curvas, mergulhos, coagulações, nós, errâncias. E se faz preciso permitir, entender essa condição, justamente para não estagnar o processo.

¹⁷ Deleuze, G. Proust e os Signos (2003)

Pensando que nenhum percurso se faz igual, me coloco aqui a falar dos corpos que consegui forjar frente a estas intempestividades de violência no encontro com a diferença. Enfim, quero falar dos possíveis que se teceram entre as marcas que me foram compondo. Devo, antes, alertá-los de que, se chegamos até aqui no texto, se deve um tanto aos possíveis que quero versar e que de forma ou de outra já são nossos conhecidos. A primeira linha de possível de corpo que remete a mais um percalço de AT. Nos proponho mais um mergulho pelas cenas *outheadas*...

AT Ensaio

-Hoje vamos no mercadinho? Quero comprar figurinhas pro meu álbum. Vamos?

Havia recém entrado em sua casa, mas ele já estava do lado da porta para sair. Essa era uma cena recorrente nos ats, de alguma forma eu já sabia o que esperar. Logo que saíamos para andar até o mercadinho, ou para ele me mostrar alguma coisa, muitas vezes, não chegávamos nem à metade do caminho e ele já queria voltar. Saíamos novamente e nem bem nos distanciávamos da casa e ele desistia do que tinha me proposto. Mas, mesmo sabendo da cena que me esperava, eu não conseguia impedir o meu desconforto frente a esse andar que não se decidia. E assim ficávamos os dois angustiados com esse vai e vem, ele por não suportar ficar longe da mãe e eu por não suportar presenciar essa errância.

Respirei fundo e saímos de casa - mais uma vez.

Eu só fui descobrir depois que essas tentativas de saída à rua, de sair e logo voltar para casa; de tentar de novo, ir até a esquina, voltar; e às vezes desistir era uma dinâmica que além da angustia trazia também a dimensão do jogo - um jogo de corpo.

-

Esta cena vivi junto ao grupo de extensão AT na Rede – UFRGS. Digo que vivi junto e não a partir, pois o grupo e sua supervisão coletiva davam suporte e lugar às angustias que surgiam no acompanhar. E revestiam o corpo de potências e modos a seguir e sustentar essa errância junto das dúvidas e desconfortos presentes na prática do acompanhamento terapêutico. Assim, o narrar das cenas tornava-as também um tanto compartilhadas e nesse sentido, constituídas de corpo coletivo. Palombini (2009) toma emprestada de Benjamin a imagem do flâneur, *o habitante por excelência das passagens parisienses, é o que usufrui das*

experiências limiars e paradoxais que nelas têm curso (p.297), para pensar o lugar que o AT se coloca frente à cidade e os encontros.

“Uma característica bastante peculiar ao acompanhamento terapêutico, ao AT, é o fato de que o seu exercício se dá “entre” lugares, o que pode significar “entre um dentro e um fora”, “entre a casa e a rua”. Com muita frequência, o “at” é solicitado justamente nos casos em que a circulação pela via pública se encontra impossibilitada, com sujeitos cuja existência mantém-se confinada ao espaço exíguo de um quarto, em meio a uma atmosfera pesada e asfixiante.” (Palombini, 2009, p.300)

Nesse sentido, a prática do AT convoca um se acostumar a se desacostumar, a um estranhar a própria cidade, o próprio corpo, justamente por colocar a palavra ‘*próprio*’ em questão, colocando no lugar uma condição, não de próprio ou pertencimento, mas de entre. Um lugar limite, onde o estar aberto à intempetividades que podem vir a compor o corpo-cidade se faz no exercício ético de encontro com a alteridade.

O ensaio de um afastamento e aproximação por meio do corpo mãe-casa, ora longe ora perto; mais do que olharmos para o resultado final do jogo (se chegou ou não até o mercado) precisamos olhar para a cadência, para a repetição do ir e voltar. Quando ele ensaia o sair de casa, com seus ímpetos e tropeços, ele está colocando o corpo a operar um jogo pelo qual dá passagem ao exercício de deslocamento subjetivo e discursivo em relação a sua mãe. Jogo este que aos poucos se mostrou vital ser suportado (com a errância e a angústia inerentes a esse exercício de se remontar) como caminho necessário em busca de maior autonomia. Assim, aos poucos fomos alargando a possibilidade de ensaiar, da esquina ao mercado até que um passeio de ônibus ao centro também se tornou possível.

Podemos pensar que em uma clínica itinerante, uma clínica no AT permite que o corpo - tanto do acompanhante como um corpo-cidade - se coloque como interventor onde muitas vezes a palavra não encontra lugar. “Assim, essa cidade que o “at” percorre não se concebe tão somente como “palco” da clínica, ou como seu elemento acessório, que vem dar concretude e permanência a conteúdos psíquicos de frágil consistência.” (Palombini, 2009, p.300). E com esse percorrer se vai tecendo em corpo novas dobras de se ser. Mas não como um ensaio de bastidores, onde estaria por vir a obra acabada, mas enquanto ato ético de se fazer e refazer em um remontar constante. Larossa (2004) traz que a operação do ensaio implica pensar que “o ensaio é uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, uma maneira de habitar o mundo.” (p.32). Ele discute a operação do ensaio enquanto operação que ensaia pensamento, que se pensa e se faz pensante. Um ensaio que ao se fazer, cria mundos.

“no ensaio não se trata do presente como realidade, mas como experiência. No ensaio trata-se de dar forma a uma experiência do presente. É essa experiência do presente a que dá o que pensar, a que deve ser pensada. A questão do ensaio é o que nos acontece agora, quem somos agora, o que podemos pensar e o que podemos dizer e o que podemos experimentar agora, neste exato momento da história.”
(Larossa, 2004, p.34)

Larossa (2004) fala da operação do ensaio a partir da operação da escrita, mas, se lembrarmos da proposição de Rolnik sobre criar corpo (novo) junto às marcas, podemos traçar aproximações e levar o ensaio para o corpo e as marcas para a escrita, e assim ensaiar com as marcas. E isso significa, também, estar aberto a experimentar o que se está vivendo, com as violências e angustias inerentes ao processo.

Mas tem algo que precisamos retomar do início dessa conversa. É preciso então se deixar revolver (como se revolve a terra) por essas intensidades e afecções enquanto postura ética de um corpo que afirmou ficar, afirmou acompanhar, que afirmou, assim, testemunhar. Só que testemunhar não é guardar pra si, internalizar, é fazer-se corpo enquanto passagem e reverberante.

E aqui falamos, tanto sobre a necessidade do testemunho passar do particular para o coletivo, como do corpo que fica, acompanha, e precisa também fazer essa passagem, precisa se tornar coletivo, compartilhado. Para assim, ter por onde dar vazão, por onde reverberar esse tanto que afeta e nos transborda. E foi no encontro com o Teatro que eu e outros inventamos um meio por onde fazer essa passagem e constituir-se como testemunho. E nesse sentido, faço agora as palavras de quem dividiu corpo comigo nesse encontro entre Psicologia e Teatro um tanto minhas, cito-os: *“na incessante busca de conferir visibilidade a esses discursos, levávamos conosco ainda uma inquietação de acabarmos fazendo-os calar, insustentáveis, em nossos corpos, constituindo-nos também como mecanismos de silenciamento. Foi aí que o testemunho pôde encontrar o Teatro.”* (Raniere e Novossat, 2015, p.89)

Encontro este que deu lugar em coletivo ao tanto que transbordava dos corpos dos então estudantes e pesquisadores em Psicologia. O teatro tomou lugar enquanto agenciador de corpos, experiências, teorias, estágios, afetos como forma de experimentar, de brincar, com o que a psicologia nos indagava. Assim, no espaço do que foi primeiro uma disciplina eletiva do curso de psicologia e depois também curso de extensão, o Coletivo Profanações surgiu. E cabe resaltar, como já colocaram outros dois profanadores, que *“o Coletivo Profanações nunca foi considerado um grupo de teatro, mas um coletivo que se utiliza do teatro para dar*

lugar ao que lhe pede passagem.” (Raniere e Machado, 2015, p.38). Brincando entre o Teatro e a Psicologia, inspirados por Agamben, Nietzsche, Deleuze, mergulhamos em uma experimentação coletiva, onde a leitura da *Genealogia da Moral* deu passagem, junto a vários jogos cênicos, à criação de um trabalho de corpo.

Assim, não se restringindo às amarras disciplinares da Psicologia ou do Teatro, se constituiu um lugar onde os corpos se permitiram adentrar nas intensidades das experiências que carregavam em si, compor com as marcas outras e suas, de forma a dar lugar coletivo às violências que habitavam os corpos e urgiam transbordar em testemunhos. Para tanto se fez também necessário um ariscar-se:

“Dispor o corpo, aqui é preciso, mas só se leem nas entrelinhas, desacreditar da neutralidade técnica do psicólogo, do calamento das próprias afecções frente aos tantos outros que produzimos com nossa posição em formação. Abrir-se a uma permutação de meios. Fluir. Deixar o rosto se expor, a autoria e o gesto dos afogados, esgotados. Essa exposição nos pôs em jogo pessoalmente. Exposição é jogo. Colocar-se nas combinações do que se mostra com o que se tem fora, outros mostrados, mostrando aos poucos.” (Raniere e Machado, 2015, p.43)

Diz de um abandonar a (su)posta neutralidade dos discursos já dados. De assumir a posição de quem testemunha e assim, necessariamente, fala a partir de si, que não necessariamente é individual, mas do que se viveu, do que se compôs de marcas no corpo. Colocar-se em corpo é também colocar-se enquanto autor nesse ensaio que se quer coletivo. Ensaiar com as marcas uns dos outros, expostas assim no grupo, profanadas, roubadas, digeridas, rearranjadas em vibração comum. Um lugar que permitiu afetável para que o que em cada um pedia passagem pudesse se colocar.

Do que uma profanadora pôde sentir a partir das linhas que se agenciaram entre esse espaço e as afetações de escutas caladas em meio a filas de esperas frente ao sistema socioeducativo que pediam meio por onde desaguar, coloca: *“De tantas linhas que se enredavam, fez-se teatro, na produção de um acontecimento-experiência em que se pôde produzir uma maneira de levar o experienciado a outros lugares, outros corpos, outras afetações, criando novos encontros com o que se fez possível de ser narrado justamente pela coletivização do corpo que experiencia e testemunha.”* (Raniere e Novossat, 2015, p.97)

Da mesma forma, aqui procurei traçar algumas linhas de sentido sobre esse tanto que vivi, onde o encontro com o Teatro se fez um por onde criar corpo coletivo junto às marcas que pediam passagem. E se fez possível, então, levar a narrativa de tantas vidas entrincheiradas adiante.

“Da nossa barca, nos sobram os restos. Restos que caminham dentro de nossos corpos, ainda que inomináveis, ainda que possam passar imperceptíveis. Restos que desatam afirmações já há tanto inventadas da Psicologia. Restos que talvez nos levem a crer que a Psicologia só se faz em ato, e que brincar de teatro pode ser sim uma chance de vivermos o ato - a autoria, a desautoria, a autoria composta das nossas ações - durante a nossa formação.” (Raniere e Machado, 2015, p.45)

Começamos com restos e com restos terminamos. Restos de experiências, de vidas, de encontros que se fizeram marcas em corpos que se permitiram abertos, disponíveis e expostos. São esses restos, que escapam às bordas das disciplinas e corpos, inundam e transbordam, que nos interroga e pede passagem, a necessidade ética de fazer falar, de fazer corpo. E, com isso, apostar que uma formação em Psicologia reside também, ou mais, no que a escapa, no que de resto reverbera em corpo, e que em vez de ser mensurado ou disciplinado precisa afetar, compartilhar e narrar.

Testemunho, trincheira e corpo se constituíram enquanto interrogações éticas sobre o que fazer com esses restos que pedem passagem. E nessas interrogações se constituíram em pistas, em linhas por onde tecer práticas que possam sustentar o testemunho das trincheiras, se afetar por eles, constituir corpo – coletivo - para que seja possível transpor a invisibilidade que impera nas vidas de tantos entrincheirados. E que, olhando para essas histórias, se possa fazer outro presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEM, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Biotempo, 2008.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Tortura Ontem e Hoje: Resgatando uma Certa História*. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2001.
- DELEUZE, Gilles; & GUATARRI, Felix. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; & GUATARRI, Felix. *Acerca do Ritornelo*. In: *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. v. 4 São Paulo: Editora 34, 1997, p.100-149.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005. 5ª reimpressão [1ª edição 1988]
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. (2003) *A vida dos homens infames*. In: _____, *Estratégia, poder-saber. Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- LAROSSA, Jorge (2004). *A Operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*. *Educação e Realidade*, 29 (1), p.27-43
- LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- PALOMBINI, Analice de Lima. *Utópicas cidades de nossas andanças: flanêrie e amizade no acompanhamento terapêutico* In: *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21 – n. 2, p. 295-318, Maio/Ago. 2009.
- RANIERE, Édio; NOVOSSAT, Cecília Suñé. *Testemunho da espera e do silêncio*. In: *Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem*
- RANIERE, Édio; MACHADO, Isadora B. *Coletivo Profanações: notas para uma cartografia* In: *Revista de Ciências HUMANAS*, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 35-48, jan-jun 2015

RODRIGUES, Marina da Rocha. *Tecer Testemunhos, desnaturalizar violências: pela possibilidade de narrativas de vidas desimportantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Habitação Psicólogo) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ROLNIK, Suely. Pensamento, Corpo e Devir: uma perspectiva ético/ estético/ política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade PUC-SP*. São Paulo, vol.1, nº 2, 241-251, 1993.

SZUCHMAN, Karine & INDURSKY, Alexei. *Grupos do testemunho: função e ética do processo testemunhal*. In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica. (Org.). *Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. 1ed. Porto Alegre: Criação Humana, 2014, v. 1, p. 49-66.

CAMPOS, Leticia Eli Pereira; GIROTTO, Willian Mello. Violência de Estado e juventude: problematizando atos infracionais. In: *Psicologia social, violência e subjetividade v. 4* Org. CINIATO, Maria Pires [et al.] Florianópolis, ABRAPSO Editora; Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. (p.388-401)

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: www.juventude.gov.br/juventudeviva

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>